



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

1 O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia
2 04 de agosto de 2020, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta
3 Google Meet e transmissão ao vivo pelo canal da Secretaria do Desenvolvimento
4 Social de SC no Youtube, realizou a 6ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC,
5 do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidente do CEDIM/SC Célia
6 Fernandes, representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer
7 (AMUCC). A 6ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das Conselheiras
8 Titulares representantes das Organizações Governamentais: Conselheira Suplente
9 Sullivan Desirée Fischer, representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
10 Social (SDS); Conselheira Titular Elenise Magnus Hendler, representante da
11 Procuradoria Geral do Estado (PGE); Conselheira Suplente Kelly Cristina Schafer
12 Batistella representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP);
13 Conselheira Titular Francieli Magri, representante da Secretaria de Estado da
14 Agricultura e da Pesca (SAR); Conselheira Suplente Gláucia de Oliveira Assis,
15 representante do Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação
16 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Participaram também as
17 Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Não
18 Governamentais: Conselheira Suplente Eva Santos da Rosa, representando a
19 Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC); Conselheira Suplente
20 Juliane Patrícia Tavares, representante do Movimento Jovem de Araquari;
21 Conselheira Titular Sheila Sabag, representante da Casa da Mulher Catarina;
22 Conselheira Titular Rosaura de Oliveira Rodrigues, representando a Rede Nacional
23 Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular
24 Morgani Guzzo representante do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC
25 (IEG/UFSC); Conselheira Suplente Rita de Cássia Maraschin da Silva, representante
26 da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de SC
27 (FETRAF-SC) e Conselheira Titular Ana Paula Ribeiro Ramos, representante da
28 Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de SC (FETAESC);
29 Conselheira Titular Caroline Tavares Meireles, representante do Conselho Regional
30 de Psicologia (CRP12). Justificaram ausência: Conselheira Titular Janice Kleemann



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

31 Thomé da Cruz Bunn, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED);
32 Conselheira Titular Fabiana de Souza, representante da Secretaria de Estado do
33 Desenvolvimento Social (SDS); Conselheira Titular Adriana Maria da Silva Rubini,
34 representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Júlia
35 Melim Borges Eleutério, representante do Movimento Jovem de Araquari;
36 Conselheira Titular Tatiane Mariza de Souto, representante da Ordem dos
37 Advogados do Brasil (OAB); Conselheira Titular Sueli Silvia Adriano, representante
38 da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina (CUT/SC). A 6ª Reunião
39 Plenária Ordinária – ano 2020, contou ainda com a participação de Tanara Rogowski
40 dos Santos, Secretária Executiva do CEDIM/SC, a Convidada Erli Camargo,
41 Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lages e a convidada
42 especial Eliana Ludwig que teve participação em momento da reunião com
43 apresentação da música, ‘Maria, Maria’ junto com o instrumento Ukulele. A 6ª
44 Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2020 teve a seguinte pauta: 1.
45 Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de Ausência; 3. Aprovação da Ata da 5ª
46 Reunião Plenária Ordinária – Ano 2020, realizada em 07 de julho; 4. Participação das
47 Conselheiras no Grupo de Implementação do Observatório Social de Violência
48 Contra a Mulher; 5. Comissões: 5.1 Comissão Eleitoral; 5.2 Comissão de
49 Enfrentamento à Violência; 5.3 Comissão de Comunicação; 5.4 Comissão de
50 Legislação, Normas e Orçamento; 5.5 Comissão da 5ª Conferência Nacional de
51 Políticas para as Mulheres. 6. Informes Gerais. Aberta a reunião, verificou-se quórum
52 suficiente. Após o levantamento do quórum e leitura das justificativas de ausência
53 encaminhadas pelas Conselheiras, realizada pela Tanara, Célia, agradeceu a presença
54 de todas e deu continuidade à reunião cuja ordem foi a aprovação da Ata 5ª Reunião
55 Plenária Ordinária, que ocorreu no dia 07 de julho de 2020, sendo aprovada por
56 unanimidade. Ato contínuo, Célia passa para o item 4 para debater sobre a
57 participação do CEDIM no Grupo de Implementação. Célia, que participou em 30/07
58 da primeira reunião do grupo, falou que nessa reunião foi escolhida a Coordenação
59 do Grupo de Trabalho, que seria a Universidade Federal- UFSC e a Sullivan que é
60 Diretora de Direitos Humanos da SDS. O relatório, onde constam mais informações



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

61 da reunião foi compartilhado para todas as Conselheiras do CEDIM. Célia
62 mencionou que a próxima reunião deste GT será dia 13 de agosto/2020. Célia passa a
63 palavra para a Sullivan que também esteve presente na reunião. Sullivan diz que as
64 reuniões do GT acontecerão de 15 em 15 dias, período matutino e menciona as
65 instituições e órgãos participantes. No momento irão fazer um levantamento dos
66 dados de outros Observatórios que existem e analisar os dados existentes bem como
67 receber orientações de como é o processo de implementação. Categorizar para poder
68 analisar as informações e dados para dar continuidade ao trabalho. Célia
69 complementa que todas as informações das reuniões serão repassadas ao CEDIM.
70 Sheila pede a palavra para complementar esse item da pauta e parabeniza o Conselho
71 e a SDS por estar participando desse processo de implementação do Observatório
72 Social de Violência Contra a Mulher em Santa Catarina. Sheila diz ter uma
73 preocupação de que não se tem garantia de que seja constado como Política Pública
74 com continuidade. Temos uma Legislação que não tem garantias de permanência. As
75 trocas de governo prejudicam a continuidade de muitos programas e questiona de que
76 forma será garantida essa Política Pública, mesmo com as transições de governo.
77 Salienta que essa é uma tarefa também do Grupo de Trabalho em fazer com que se
78 tenha essa garantia descrita para continuidade dessa Política. Elenise pede a palavra e
79 questiona qual a ferramenta analítica que se pretende usar para analisar os dados e diz
80 que na Procuradoria Geral do Estado estuda-se a implementação da LGPD, que
81 precisa ser observada também pelo Observatório e que, se necessário, a COJUR da
82 SES poderá dar esclarecimentos. Sullivan parabeniza as colocações e responde que é
83 uma preocupação dela também, no sentido desse cuidado de desenhar a Política
84 Pública que seja efetiva e contínua. O GT do Observatório está iniciando os trabalhos
85 com esse cuidado. Sullivan enfatiza que a SDS já começou os primeiros trabalhos
86 com o Business Intelligence - BI, que é uma ferramenta tecnológica para análise de
87 dados e que estão construindo e analisando, inicialmente com os dados
88 correspondentes de 3 anos da Assistência Social. Ainda, a base de dados da
89 Secretaria da Segurança Pública será cedida, ou seja, dados da Polícia Militar, Polícia
90 Civil e IGP para cruzamento de dados. Sullivan explica que se a intenção é a



91 implementar um Observatório com dados e não apenas com informações, há
92 necessidade de cuidado com alguns aspectos, como dados sigilosos, restritos etc,
93 então pensar onde ficará esse Observatório é primordial e para se categorizar e
94 qualificar os dados é necessário que seja um Observatório de dados e não de
95 informação. Célia pergunta se mais alguma Conselheira gostaria de complementar,
96 Sheila pede a palavra e diz que entende que o Observatório deve ficar onde está
97 implementada a Política para as Mulheres e que atualmente está na Secretaria do
98 Desenvolvimento Social - SDS SC. Sheila pede à Célia que encaminhe essa
99 informação ao GT para que seja garantida a possibilidade de continuidade dessa
100 Política. Encerrado o item da Implementação do Observatório, Célia dá continuidade
101 à pauta passando para o item das Comissões. Sobre a Comissão eleitoral. Tanara fala
102 que foi solicitada à COJUR a publicação no DOE/SC da RESOLUÇÃO 01 para
103 instituir a Comissão Eleitoral. Sheila solicita à Secretaria Executiva do Conselho para
104 formar um grupo de e-mail para a comissão no intuito de formalização dos
105 encaminhamentos e comunicação entre as participantes do grupo. Rita menciona
106 sobre uma preocupação sobre possíveis interferências que podem acontecer no
107 âmbito das participantes da Comissão. Sheila responde que isso já foi resolvido e que
108 permanece conforme Conselho deliberou em plenária. O CEDIM é um Conselho
109 paritário e que possui autonomia de decisões e segue o Regimento. Sheila salienta
110 que quem participa da eleição é a Instituição e não a ‘pessoa’ em si. No final, as
111 Conselheiras concordaram em não haver interferências na continuidade do processo
112 de instituir a Comissão escolhida pelo Conselho. A participante Erli pede a palavra e
113 menciona a Emenda Constitucional nº 67, de 10 de dezembro de 2013 “para
114 estabelecer a participação majoritária da sociedade civil organizada nos conselhos
115 estaduais de cunho social” e sugere ao Conselho que abra a discussão para incorporar
116 essa Emenda na sua Lei, então ficou acordado que que essa demanda ficará com a
117 Comissão de Legislação, Normas e Orçamento que fará o estudo e a análise dessa
118 emenda. Célia aproveita e passa para o item da Comissão de Legislação, Normas e
119 Orçamento. Sheila fala que o Conselho, por meio dessa Comissão, deverá avaliar a
120 mudança sua Lei e Regimento devido às mudanças da Reforma Administrativa do



121 Governo ao qual foram extintas Pastas e a Coordenadoria da Mulher. A Comissão
122 ainda não se reuniu efetivamente, porém, deve estar reunindo-se para analisar as
123 possibilidade e encaminhar para as mudanças necessárias de forma segura. Elenise,
124 que também participa da Comissão concorda que devem se reunir e já pontuar o que
125 é necessário para o pedido de mudança da Legislação. Encerrado esse item, Célia
126 passa para o momento da Comissão de Enfrentamento à violência. Gláucia fala do
127 Livro da Editora PAE: ‘Violência contra as mulheres: vamos falar sobre o assunto?’
128 que foi enviado ao CEDIM para fazer um parecer e esse foi elaborado por ela.
129 Gláucia levanta um questionamento ao papel do Conselho nesse sentido: o Conselho
130 deve recomendar o livro, indicando seus pontos-chave ou pede uma sugestão para
131 aprimoramento e revisão em alguns quesitos, tais como o de verificar a questão que
132 trata sobre conceito de gênero (que não está contemplado), ausência de algumas das
133 principais referências autorais brasileiras, etc. Rosaura concorda com os pontos
134 levantados pela Gláucia e diz que sim, o Conselho deve indicar as sugestões para
135 aprimoramento do material, pois é fundamental para entendimento o contexto de toda
136 a história e causa. Rosaura salienta que a consulta de materiais ao Conselho deveria
137 ser recorrente, pois é de fundamental as análises e discussões na contribuição de
138 projetos, Leis, e demais documentos. Rosaura fala que está feliz por terem procurado
139 o CEDIM e estarem abertos à consulta antes de publicizar. Sheila concorda com as
140 falas das Conselheiras e diz que o parecer deve sim constar todos esses pontos.
141 Sugere também um agradecimento à Editora por ter entrado em contato para
142 solicitação. Erli complementa que os Conselhos devem sim realizar recomendações e
143 dar diretivas necessárias em materiais que estão para serem divulgados. Após essas
144 considerações, Gláucia socializa o texto do parecer com as Conselheiras para que
145 todas possam deliberar e então encaminhar as recomendações e agradecimentos para
146 o solicitante que representa a Editora. Conforme mencionado pelo Sr. Luiz
147 (representante que entrou em contato com o Conselho) o livro foi pensado para o
148 público escolar do nível fundamental, básico e médio. Após socializada as
149 recomendações, Sheila parabeniza e pede para que Gláucia encaminhe para todas.
150 Restou deliberado o texto das recomendações feitas pela Gláucia, mas assinado pelo



151 CEDIM. Célia diz que aproveita o momento do assunto para resgatar os pedidos de
152 diligência de Projetos de Lei da Alesc que eram repassados ao CEDIM e
153 Coordenadoria da Mulher para parecer e que ultimamente tem sentido falta dessas
154 solicitações de pareceres. Sheila diz que quem repassava tudo que vinda era a SST
155 para o Conselho e Coordenadoria e pergunta se a SDS tem recebido ainda. Sullivan
156 pede a palavra e fala que tem recebido documentos de solicitações mas não da Alesc,
157 mas sim da Casa Civil, por meio de processo, para responder questões e manifestar-
158 se que vem diretamente para a Diretoria dos Direitos Humanos. Fala que Alesc não
159 tem mandado nada nesse sentido. Rosaura sugere que seja emitido um Ofício pelo
160 CEDIM para solicitar que sejam enviados esses pedidos de pareceres, diligências ao
161 Conselho. Célia então reafirma que seja enviado o Ofício para Alesc e Casa Civil
162 para que o CEDIM seja consultado e possa se manifestar em projetos de Lei, entre
163 outros documentos relevantes que cabem ao Conselho. Encerrado o assunto, Célia
164 passa para a palavra para a Morgani, que coordena as ações da Comunicação.
165 Morgani fala da Nota de Pesar em 13 de julho dos 2 feminicídios ocorridos, uma das
166 vítimas era Sargento da Polícia Militar. Essa Nota foi elaborada e publicada nas redes
167 sociais e teve um bom engajamento e interação do público e percebeu-se que as
168 pessoas acompanham o trabalho do Conselho. Morgani fala dos números: No
169 Instagram houve 128 ‘curtidas’ nessa postagem da Nota e em geral as postagem do
170 CEDIM tem 30 curtidas. De aproximadamente 300 passou para 444 seguidores(as)
171 no Instagram. No Facebook, a mesma postagem teve 179 curtidas e geralmente tem
172 10 e teve mais 152 compartilhamentos da Nota e 34 comentários, a maioria de
173 solidariedade, etc. e 22 mil pessoas alcançadas (estatística apresentada pelo
174 Facebook) e aumentou também 30 pessoas que curtiram a página do CEDIM.
175 Morgani fala que as postagens no Blog - Wordpress do Conselho foram retomadas.
176 No twitter, diz que não tem feito postagens mas se as Conselheiras acharem relevante
177 poderá ser compartilhado informações também nesse canal de comunicação. Rita
178 complementa que foi publicada na página da FETRAF/SC e foi bastante discutida.
179 Morgani sugere que informações, tais como essas mencionadas sobre o Observatório,
180 possam ser divulgadas. Divulgar também informações do Edital de eleição para nova



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

181 composição da Gestão do Conselho assim que consolidado. Morgani propôs que
182 todas ‘abrissem’ as câmeras para fazer um print da tela e divulgar a reunião do
183 Conselho. Feita a captura da tela. Morgani encerra sua fala. Célia passa para o
184 momento da Comissão da 5ª Conferência e salienta que o Conselho vai fazer um
185 documento oficializando o posicionamento do CEDIM/SC frente à situação atual, ou
186 seja, não haverá Conferência em 2020. Tanara iniciou uma minuta de texto para o
187 documento e vai socializar por e-mail com todas Conselheiras. Sheila diz que vai
188 verificar e fará observações. Esse documento será formatado como Resolução e
189 divulgado a todos municípios assim que estiver deliberado pelo Conselho. Encerrado
190 o item da Conferência, Célia vai para os Informes Gerais e menciona que se informou
191 com a Mariana - Coordenadora da RAIVS - Rede de Atenção Integral às Pessoas em
192 Situação de Violência Sexual e ela disse que a Rede passou por algumas mudanças e
193 encaminhou um documento de protocolo da Rede e demais anexos para inscrição de
194 participantes. O CEDIM poderá ser representado por 2 Conselheiras, uma titular e
195 suplente, assim, Célia pede às Conselheiras quem tem interesse em participar das
196 reuniões (que são mensais) para já sair da plenária com os 2 nomes. Morgani se
197 prontificou em participar da Reunião ficará como Titular e Caroline mencionou que
198 ficará como suplente. Restou deliberado por todas os nomes das participantes pelo
199 CEDIM. Célia inicia outro assunto dos Informes que é a recém disponibilização dos
200 serviços da Delegacia Virtual pela Polícia Civil e sugere e propõe que o Conselho
201 faça uma Live sobre o assunto com a participação da Delegada e Conselheira
202 Patrícia. Seria interessante para ampla divulgação desses serviços à sociedade e
203 contribuir na Campanha de 2020 do Agosto Lilás. Rosaura sugere também que as
204 estatísticas de casos são importantes a serem tratadas cuidadosamente no momento,
205 inclusive na sua divulgação. Célia comenta que o Conselho recebeu o artigo sobre
206 Pós-parto da Tatiana Baratieri, professora no estado do Paraná, que participou de
207 uma Reunião do CEDIM em 2018. Ela agradeceu o apoio do CEDIM e compartilhou
208 a pesquisa que fez parte da sua tese de doutorado e num momento oportuno gostaria
209 de apresentar os dados ao Conselho. Célia pede para Morgani publicizar a data
210 comemorativa (dia 07 de agosto) da Lei Maria da Penha nas redes sociais. Tanara



211 menciona que foi recebido documento de Informação da Diretoria dos Direitos
212 Humanos, o pedido de indicação de uma representante do CEDIM na reunião por
213 web do lançamento da Campanha de 2020 do Agosto Lilás pela SDS. A reunião está
214 marcada para o dia 18 de agosto às 14h e será transmitido pelo Canal da SDS no
215 Youtube. Sullivan fala que em função do distanciamento social não teve como realizar
216 uma programação com ações presenciais, mas que não pode-se deixar ‘passar em
217 branco’ e que a SDS já fez inicialmente foi encaminhar a todos municípios e órgãos
218 do estado um infográfico que foi feito para campanha no intuito de estimular e
219 chamar a atenção na ampliação de questões que envolvem o enfrentamento à
220 violência contra a mulher. *Cards* também foram feitos e enviados com informações
221 dos canais de denúncia para ampla divulgação. Sullivan menciona que está sendo
222 produzido pela Ascom da SDS um vídeo para divulgação da Campanha e sendo
223 produzidos materiais em outras línguas para que as informações (COVID, auxílio
224 emergencial, etc) possam chegar a todos. Célia pergunta se alguma Conselheira tem
225 interesse em participar da Web do dia 18 de agosto. No momento não houve
226 manifestação e Célia fala que em outro momento será novamente perguntado às
227 Conselheiras. Tanara salienta que a resposta com a indicação deverá ser encaminhada
228 até dia 07/08, conforme consta no documento. Encerrado o assunto. Célia passa a
229 palavra para a convidada Erli, que solicita informações ao CEDIM sobre o
230 funcionamento do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do
231 Campo, da Floresta, das Águas e Quilombolas., pois foi percebido que não houve
232 mais reuniões (nem on-line) para continuidade. Lembra que a última reunião que teve
233 foi com a Coordenadora da Mulher na época, Aretusa. Porém, não teve mais
234 nenhuma informação a respeito da continuidade do Fórum, pois até então sabe-se que
235 não foi extinto. Erli também questiona sobre se há algo em andamento dos trabalhos
236 das Unidades Móveis. Foi mandado essas solicitações por e-mail e enviado ao
237 CEDIM para solicitar essas informações. Erli diz que o Conselho municipal de Lages
238 está à disposição para ajudar no que for preciso para dar andamento nessas pautas.
239 Falou sobre a Nota de Repúdio divulgada recentemente pelo fato ocorrido de
240 violência policial na cidade de Lages. Célia diz que sobre o Fórum, pelo que ela está



241 a par, enquanto participou das reuniões foi para COJUR da SDS para analisar e
242 encaminhar para Casa Civil e não tem conhecimento do que aconteceu
243 posteriormente. Sullivan fala que estava sendo estruturada uma programação (que foi
244 cessada pela pandemia) para uso dos ônibus, e enfatiza que é necessário que o
245 projeto contemple a continuidade dessa política com critérios de uso, finalidade, etc.
246 E que atendam às solicitações dos municípios. Fala que já tinha programação para o
247 mês de março, porém o único local atendido foi Balneário Camboriú que foi antes do
248 Decreto estadual que limitou atividades. Sullivan compartilha que foram recebidas
249 orientações do Ministério Público referente ao uso de ônibus no período eleitoral,
250 para que não sejam utilizadas como veículo de campanha. Erli questiona que é
251 necessário que seja esclarecida a questão da não continuidade do Fórum, pois houve
252 uma construção, um desenho, para atividades que correspondem à essa questão das
253 Unidades Móveis e que é importante resgatar. Sheila pede a palavra e diz que há um
254 processo de 2016 referente ao projeto e campanha das unidades móveis e se for
255 redesenhado esse projeto, o CEDIM deve participar e acompanhar bem como saber
256 da proposta da SDS em relação à utilização desses veículos. Ainda, Sheila fala que
257 início do ano sugeriu que as Unidades Móveis sejam utilizadas como políticas
258 públicas efetivas de estado e não como projeto. Erli reforça sobre o retorno oficial
259 sobre o assunto. Nada mais havendo a tratar, Célia agradeceu a participação de todas
260 e deu por encerrada a 6ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2020. Eu,
261 Tanara, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata e junto a Célia, Presidente do
262 CEDIM/SC assinamos.
263